

Senado utilizará os serviços do SNI

Brasília — O Serviço de Informações da Presidência da República, SNI, vai ser convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado sempre que se considerar que tenha revelações a fazer sobre escândalos financeiros. A informação é do 3º secretário da Mesa do Senado, Marcondes Gadelha, autor do projeto de resolução que instala a comissão.

— O que impede o SNI de ser um serviço de informações do Congresso Nacional? — indagou o parlamentar ao apresentar o projeto, que o Senado deverá votar na próxima semana. Ele lembrou também que os eventuais documentos que o SNI for solicitado a apresentar à comissão serão respeitados em seu caráter confidencial. E quem os divulgar estará sujeito à pena de responsabilidade.

Função

A comissão, prevista há 18 anos na Constituição e só agora em fase de instalação, destina-se a fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, para avaliar a eficácia e viabilidade econômica dos projetos e programas do Governo. Ela terá poderes para convocar ministros de Estado e dirigentes de estatais a fazer depoimentos e para requisitar quaisquer documentos públicos necessários à elucidação de desmandos administrativos.

Poderá avaliar desde um projeto isolado do Governo até todo o Plano Nacional de Desenvolvimento, sempre investigando seus benefícios sociais. E mais: a comissão poderá, desde que solicitada, examinar escândalos financeiros que já aconteceram, como o Coroa-Brastel, Capemi, Delfim-BNH etc. “Não se trata de revanchismo, mas teoricamente, desde que alguém solicite, poderemos investigar casos anteriores à instalação da comissão”, anunciou Gadelha.

Segundo o parlamentar, com a comissão entrando em funcionamento, o plenário do Senado terá um instrumental de fiscalização que lhe permitirá até embargar decisões do Poder Executivo, além de indiciar pessoas perante a Justiça, desde que constate algum crime de responsabilidade na administração do dinheiro público. “Nós não vamos alcançar a desenvoltura das comissões de fiscalização dos Estados Unidos, mas estamos caminhando para isso”, previu o Senador.

Antes de submeter à votação o projeto que instala a comissão, o presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), conversará com o presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), na tentativa de unir essa comissão à que deverá ser instalada pela Câmara, com igual finalidade, nos próximos dias. Fragelli entende que se as duas comissões atuarem conjuntamente crescerá o poder de fiscalização do Legislativo. “Se trabalharmos conjuntamente, haverá também mais economia”, justificou.